MOÇAMBIQUE – BRASIL: OS CAMINHOS DA DIPLOMACIA

José Luis de Oliveira Cabaço*

As relações que se estabelecem entre povos e países assumem diferentes aspetos e respondem a diversas motivações e conjunturas. A relação entre Moçambique e Brasil é historicamente construída sob a tutela de uma metrópole comum. Foi o fato de ambos terem sido colônias do mesmo Império que abriu espaços de contato que a geografia não anunciava. As relações econômicas – em particular o tráfico de escravizados nos séculos XVII a XIX e a afinidade linguística – viriam dar conteúdo e consistência a tais espaços.

Lisboa sempre olhou com grande apreensão o evoluir dos contatos diretos entre as suas possessões africanas e o Brasil, principalmente após 1822. O Grito do Ipiranga, dos antigos colonos radicados no grande território sul-americano, representava "mau exemplo" pelo potencial de contágio que poderia ganhar no terceiro projeto imperial em que Portugal se encontrava empenhado: o Império africano.

O processo de independência do Brasil indicava os perigos que resultavam da consolidação das burguesias economicamente poderosas nas colônias e da criação de interesses locais em conflito ou competição com os desígnios de acumulação da burguesia sediada em Portugal. Por isso, após a ocupação efetiva dos territórios africanos no fim de 1800, o governo de Lisboa observou as políticas de governação colonial fortemente centralizadas e promoveu economias locais ao serviço quase exclusivo de necessidades das indústrias e dos serviços da metrópole.

A consolidação do Império africano, na segunda metade do século XIX, e no primeiro quartel do século XX, foi acompanhada de um esforço de Portugal em se assumir como charneira obrigatória dessa rede lusófona. Seu primeiro interesse foi resgatar Angola da influência econômica e sociocultural brasileira – a quase totalidade das trocas econômicas desse país era, no século XIX, com o Brasil – e impedir que o aumento da importância de Moçambique no tráfego de escravizados consolidasse uma aliança entre os aventureiros do Brasil e os escassos colonos e *compradores* radicados no território.

A burguesia brasileira, concentrada na consolidação interna de seu poder, desinteressou-se pelas relações com a África logo que entrou em colapso com o regime de produção escravagista. A política de "branqueamento" da população fez voltar costas ao continente africano.

---

* Doutor em Antropologia pela Universidade de São Paulo (USP), foi ministro dos Transportes e Comunicações e ministro da Informação de Moçambique no governo Samora Machel. Desde 1992, dedica-se à atividade acadêmica. É reitor da Universidade Técnica de Moçambique (UDM) de Maputo.

O esforço da diplomacia lusa de hegemonizar a articulação do relacionamento entre os territórios em que se fala o português viria a se intensificar com o regime de Salazar. A atitude distante do Brasil em relação ao problema das colônias africanas e a aceitação do papel determinante de Portugal representaram uma implícita anuência ao conceito da pátria-Império, pilar jurídico-ideológico da teoria colonial lusíada. Os sucessivos governos brasileiros, com exceção do período Jânio-Jango, acabariam sendo, de fato, cúmplices passivos da política colonial portuguesa.

Neste contexto político-diplomático pouco exaltante, mergulham as raízes do relacionamento entre Moçambique e Brasil. A geografia e a vontade dos poderes constituídos pareciam apostadas em separar os dois países, mas o Brasil e os brasileiros – nem sempre pelos melhores atores, é certo – recheiaram episódios e protagonizaram estórias, algumas picarescas, da história de Moçambique. Foram essas estórias, muitas delas pessoais, que construíram e sustentaram a relação entre os dois povos. Proponho um breve percurso por esses caminhos do relacionamento informal: por alguns desses fatos e dessas estórias.

Os territórios portugueses na África Oriental constituíam, até ao século XVIII, parte integrante do chamado Império do Oriente e dependiam diretamente não da Coroa em Lisboa, mas do governador do Império, o vice-rei da Índia, em Goa.

Só em 19 de abril de 1752, os territórios da costa oriental da África – que se situavam nos limites do que é atualmente a República de Moçambique – se constituíram entidade administrativa diretamente dependente de Lisboa. Esta medida de governo do Império se inseria na formulação da política colonial portuguesa elaborada pelo Marquês de Pombal. O incremento extraordinário do tráfico de escravatura da África ocidental para as Américas, em especial para o Brasil, originara uma procura superior à oferta e à subida de preço de cada escravizado, levando os traficantes a buscarem mercados mais rentáveis na "outra costa", a do Índico. Neste ponto, se iniciara o trato de escravizados respondendo às solicitações dos franceses – para as ilhas Mascarenhas e depois para as outras ilhas do Índico, com a expansão da produção açucareira – e dos mercados islâmicos do médio oriente. Em face do aumento dos custos dos escravizados de mina, os traficantes baianos, e, em sua esteira, outros de diferentes nacionalidades, começam a demandar as praias do centro e do norte de Moçambique.

Já na passagem do século XVII para o século XVIII, encontram-se referências à presença no território que viria a ser o Moçambique de "brasileiros" – referidos distintamente dos portugueses do Brasil; portanto, presumivelmente aquilo que em Moçambique se chamavam de *filhos da terra* –, participando no comércio de escravizados para as ilhas do Índico, em competição com os franceses e os portugueses. Alguns deles terão se estabelecido em Moçambique.

O tráfico humano de Moçambique para o Brasil atingiu seu apogeu na passagem do século XVIII para o século XIX, quando, como já referido, o preço de cada escravizado era sensivelmente um décimo dos da costa ocidental e as medidas antiescravagistas, promovidas pelos britânicos, se intensificavam por meio do crescente rigor no controle dos navios que atravessavam o Atlântico.

Estória curiosa: em documentos da época, há referências a uma muito apreciada cachaça de cana produzida por nativos de Sofala, os quais teriam aprendido as técnicas da sua elaboração de "mulatos da Baía". As embarcações que escalavam aquele porto constituíam os principais clientes da florescente produção. Não é claro se estes cachaceiros nacionais fossem escravizados libertos, regressados à casa, ou se tivessem aprendido mesmo em Sofala com "mulatos da Bahia", eventualmente tripulantes dos navios negreiros que escalavam o território. Esse foi, com muita probabilidade, o primeiro exemplo registrado de transferência de *know how* entre Brasil e Moçambique.

Outro episódio marcante ocorreu no fim do século XVII: na sequência do insucesso da Inconfidência Mineira, Tomás Antônio Gonzaga é deportado pelo governo português para a Ilha de Moçambique, então principal cidade do território. Este ali se fixou, casando com a filha de importante comerciante e titular de uma sociedade que abastecia os navios que demandavam aquele porto. Na cidade da ilha, constituiu família e seus descendentes continuam hoje sendo prestigiados no Moçambique independente.

A Proclamação da Independência no Brasil – em nome dos ideais liberais, não obstante continuasse a ser um país de trabalho escravizado – não poderia deixar de ter impacto também nos países a ele ligados pela corrente do tráfico. As tripulações dos navios escravistas eram o principal veículo das novas ideias e seus interlocutores-receptores em Moçambique eram, obviamente, o pequeno estrato social direta ou indiretamente ligado ao comércio de escravizados.

Procurando contestar a tutela portuguesa sobre a escravatura, a nascente pequena burguesia local, "filhos da terra, brasileiros e parentes e outros amigos da cáfila revolucionária", nas palavras de um governador-geral português, cria em outubro de 1822 um grupo de influência na Ilha de Moçambique que defendia a secessão da colônia de Portugal em favor do Brasil. O grupo desapareceu com a erosão da quimera do projeto.

Poucos anos mais tarde, há notícia de um grupo idêntico em Rios de Sena, animado por meia dúzia de brasileiros, que um documento da época descreve como "uns aventureiros, outros degredados, mas influentes por emprego que exerciam". Também esse grupo se esfuma na história sem qualquer ação de relevo.

Preocupado com o aparecimento desses grupos, o ministro português Conde de Subserra, em março de 1824, envia para o governador-geral, em Moçambique, instruções enérgicas para conter o sentimento separatista:

> Adopte todos os meios que estiverem à sua disposição para conservar essa Província na devida obediência de El-Rei (…) primeiramente prevenir-se de qualquer conspiração que trate de unir essa Província ao Governo do Rio de Janeiro.

Essas iniciativas foram perdendo ímpeto, mas a presença e a influência social dos brasileiros eram suficientemente fortes para que, em 1826, a comunidade requeresse ao governo português uma autorização para celebrar *com fogos e outros festejos* o dia do nome do imperador.

O perigo da circulação dos ideais revolucionários era a preocupação constante de Lisboa. Em 1829, o governo da colônia emitiu uma determinação proibindo a importação de periódicos e outras literaturas subversivas da França e do Brasil. Há notícia, no ano seguinte, de apreensão e destruição do periódico *O Brasileiro Imparcial*, que alguém tentava introduzir no território.

Em 10 de setembro de 1836, o Marquês de Sá da Bandeira, em Portugal, inicia o processo para a abolição da escravatura decretando a proibição da "exportação" de escravizados a partir dos territórios sob tutela portuguesa. O "partido dos contrabandistas de escravos", como lhe chamavam os governantes portugueses, recrudesceu sua ação a favor da separação de Angola e Moçambique de Portugal para se unirem ao Brasil. Em Moçambique, segundo documentos da época, integravam esse grupo *brasileiros, africanos canarins, mestiços e alguns portugueses renegados*.

A decisão da Inglaterra, então senhora dos mares, de policiar o Atlântico, aprisionando os navios negreiros, fez crescer a importância e o valor do tráfico clandestino de escravizados a partir de Moçambique. O Índico não era patrulhado, e, da costa moçambicana, os navios, passando pelo Cabo da Boa Esperança, contornavam pelo sul o bloqueio inglês.

Foi nesse período clandestino que o contingente de moçambicanos capturados e comerciados para o Brasil atingiu números significativos, e, pelas prioridades definidas pela fase do desenvolvimento econômico brasileiro, seu destino foi principalmente Rio de Janeiro e Minas Gerais, onde a presença dos moçambicanos deixou vestígios culturais profundos.

Durante todo o período da escravatura, mas principalmente no início, no século XVIII, o tráfego intenso de navios entre os dois países fez crescer as trocas comerciais, que decaíram novamente na segunda metade de 1800.

Porém, se as redes comerciais se reorganizaram prioritariamente com Europa e África do Sul, a mensagem libertária que o Brasil projetava de si não se desvaneceu na imaginação dos setores urbanizados. Esta viria a ganhar ímpeto nos anos 1930 do século XX, com o surgimento da literatura regionalista brasileira, que foi conquistando crescente importância entre intelectuais e escritores das principais cidades moçambicanas.

Vivia-se em Moçambique aquilo que os historiadores chamam de fase do protonacionalismo e do nativismo. Os "filhos da terra" oprimidos e discriminados pela ocupação efetiva do território, levada a cabo pelo colonialismo português, buscavam uma identidade capaz de conglomerar a entidade sociopolítica que ganhava forma sob o jugo da dominação colonial.

Na literatura colonial portuguesa, o negro surgia sempre reificado como mais um elemento da "paisagem exótica" dos trópicos. Da sua humanidade, se reconhecia apenas a fidelidade ao colono dos "pretos bons" ou à pérfida ingratidão dos "pretos maus". A figura do negro servia para convalidar a "superioridade" dos colonos e legitimar seu domínio.

A literatura neorrealista portuguesa que floresceu no século XX, de caráter progressista, ignorou sistematicamente o problema colonial. O mito da unidade do Império era demasiado pesado na cultura portuguesa e a questão colonial não era levantada, pelo menos

publicamente. Os autores neorrealistas tratavam o problema da injustiça social em Portugal, mas não era essa a realidade de quem vivia em Moçambique.

Por outro lado, a literatura regionalista brasileira tinha um cunho de denúncia, não apenas da injustiça social, mas também da marginalização racial, o que aproximava a narrativa da realidade vivida em Moçambique. Essa literatura transmitia a imagem de uma sociedade preocupada com os próprios problemas, ao contrário da experiência colonialista que vivíamos, e que se contrapunha à violência racista do cotidiano em Moçambique; uma proposta que desaguava na harmonia racial, utopia apenas sonhada naqueles anos dramáticos. Finalmente, nos livros desses escritores brasileiros, os negros eram personagens, e não adereços de cena. Estes eram bonitos e feios, bons e maus, amavam e odiavam, riam e choravam. Os intelectuais e os artistas moçambicanos reencontravam, nos textos, o homem negro e a mulher negra investidos da sua humanidade plena e como cidadãos do seu país, ainda que na maioria dos casos socialmente desfavorecidos.

Essa influência atravessou a Segunda Guerra Mundial e enriqueceu-se com a mensagem de liberdade e justiça que se potenciara com a derrota do totalitarismo nazi-fascista. Nos anos 1950 e no início dos anos 1960, minha geração comoveu-se com *Jubiabá*, *Gabriela: cravo e canela*, *Capitães da Areia* e tantos outros personagens de Jorge Amado. A Pasárgada de Manuel Bandeira, lá onde podíamos ser "amigo do rei", galvanizou a utopia que começávamos a sonhar. Nas *Vidas secas* de Graciliano, vimos nossos camponeses morrendo de fome. A *Olhai os lírios do campo* de Érico Veríssimo e *Menino de engenho* de José Lins do Rego, juntavam-se Raquel de Queirós (*O quinze*), Juracy Camargo (*Que Deus lhe pague*) e, mais tarde, a dramaturgia de Dias Gomes (*O pagador de promessas*), a poesia de Carlos Drummond de Andrade e a linguagem inventiva de Guimarães Rosa.

A projecção utópica da liberdade, que os poetas, os contistas e os romancistas moçambicanos foram construindo, alimentou-se dessa imagem que a literatura brasileira dava desta sociedade que se libertara, como sonhavam os moçambicanos, da dominação colonial portuguesa. A mensagem que trazia a literatura se reforçava com as proezas desportivas de grandes atletas negros, de que Leônidas de Silva era o máximo expoente, com a alegria do baião, do samba e das marchinhas carnavalescas que animavam as festas urbanas e periurbanas, com o jornalismo vibrante e sensacionalista de *O Cruzeiro* e, depois, de *Fatos e Fotos* e *Manchete*.

Mais tarde, se descobriria que a realidade social brasileira era bem diferente, mas a dívida para com o Brasil fica pelo mundo que muitos moçambicanos puderam sonhar e pelas forças colhidas da mensagem de esperança e liberdade.

Nessa panorâmica sucinta e impressionista de alguns fatos que assinalam uma ligação de mais de quatro séculos, da maioria dos quais está ausente a vontade dos poderes políticos – muitas vezes, a contrapelo dos poderes –, não seria justo omitir decisão que, nos anos 1970, assumiu grande importância para a vida dos moçambicanos e dos povos da África Austral. O regime racista da África do Sul procurou, com o apoio do Norte, celebrar uma aliança militar com as ditaduras da América do Sul, e em particular com o Brasil e a Argentina,

para a "defesa do Atlântico Sul": era o projeto da Sato, Organização do Tratado do Atlântico Sul que teria conferido ao regime do Apartheid uma importância estratégica e que tornaria esses regimes antidemocráticos e despóticos parceiros importantes na arena estratégica internacional. Esse regime precisava desta aliança para colocar em movimento sua política da criação de uma constelação de estados na África Austral, com a qual procurava satelizar todos os países da região. O projeto não vingou porque o Brasil, mesmo o Brasil autoritário daqueles anos, não aceitou ficar do mesmo lado que o governo racista e colonial sul-africano.

Com a independência de Moçambique, o abraço com o Brasil voltou a estreitar-se. O primeiro embaixador em Moçambique, o saudoso Ítalo Zappa, realizou um trabalho notável de intermediação com um Brasil que desconhecia Moçambique e de sensibilização do governo brasileiro para a especificidade dos problemas do país e da região. Com ele, nasceram os primeiros projetos de cooperação econômica e social.

A existência, naqueles anos, de tantos exilados políticos brasileiros, muitos deles altamente capacitados do ponto de vista profissional e vivendo espalhados pelo mundo, permitiu que o governo de Moçambique recém-libertado, carente de quadros qualificados pelo êxodo dos colonos portugueses, pudesse estabelecer acordos com os líderes no exílio. Dinamizaram-se laços de amizade e solidariedade, forjados por moçambicanos e brasileiros nos anos difíceis das lutas libertadoras. Miguel Arraes, companheiro e amigo, em Argel, de tantos dirigentes da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), tomou a iniciativa de propor a vinda de refugiados brasileiros para Moçambique. Luiz Carlos Prestes, Leonel Brizola e o grupo dos *Cadernos do Terceiro Mundo* juntaram-se em breve à iniciativa.

Começaram a chegar em Moçambique os brasileiros e as brasileiras que, por opção política, vieram trabalhar com entusiasmo e dedicação, aceitando as condições materiais difíceis em que viviam os moçambicanos, dando sua contribuição competente e trazendo o exemplo de uma entrega comprometida e generosa à reconstrução nacional. Foi o momento alto do reencontro entre os dois povos independentes.

Hoje, Moçambique vê uma presença sólida e empenhada do Brasil no desenvolvimento do país. Sente-se que o governo brasileiro, finalmente, tem uma política ativa de restauração da identidade africana que coexiste e marca a cultura brasileira e que desta se orgulha. Este parece ser um momento em que a história e as "estórias" parecem convergir.

Os moçambicanos têm esperança que o espírito de parceria construtiva que ressalta da ação do governo e da política de cooperação inspire a participação que importantes grupos econômicos estão assumindo nos grandes projetos de desenvolvimento. Vê o privilégio, nestes últimos dez anos, de acompanhar de perto a grande nação irmã do outro lado do mundo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, L. F. D. Os mercadores baneanes guzerates no comércio e a navegação na costa oriental africana (século XVIII). *In*: **Moçambique**: Navegação, Comércio e Técnicas. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Rio de Janeiro: Corecon, 1999.

BOTELHO, J. J. T. **História militar e política dos portugueses em Moçambique de 1833 aos nossos dias**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921.

BOXER, C. O. **O império marítimo português**: 1515-1485. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CABAÇO, J. L. **Moçambique**: identidade, colonialismo e libertação. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

CAPELA, J. **Donas, Senhores e Escravos**. Porto: Afrontamento, 1996

———. **Escravismo colonial em Moçambique**. Porto: Afrontamento, 1993.

———. **O tráfico de escravos nos portos de Moçambique**: 1733-1904. Porto: Afrontamento, 2002.

CHAVES, R. **Como se o mar fosse mentira**. Luanda: Chá de Caxinde; São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

COSTA E SILVA, A. **O vício de África e outros vícios**. Lisboa: João Sá de Costa, 1989.

———. **A manilha e o liambo**: a África e a escravidão de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

LOBATO, A. **Aspectos de Moçambique no antigo regime colonial**. Lisboa: Livraria Portugal, 1953.

———. **Colonização Senhorial da Zambézia e outros estudos**. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1962.

NEWITT, M. **História de Moçambique**. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1997.

PÉLISSIER, R. **História de Moçambique**: formação e oposição. Lisboa: Estampa, 2000.

RITA-FERREIRA, A. **African Kingdoms and Alien Settlements in Central Mozambique (c. 15th-17th Cent)**. Coimbra: Universidade de Coimbra, Departamento de Antropologia, 1999.

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE (DHUEM). DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA (DH). **História de Moçambique (parte I e II)**. Maputo: Livraria Universitária, 2000.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Editorial

Coordenação
Cláudio Passos de Oliveira

Njobs Comunicação

Supervisão
Cida Taboza
Fábio Oki
Jane Fagundes

Revisão
Ângela de Oliveira
Cristiana de Sousa da Silva
Lizandra Deusdará Felipe
Olavo Mesquita de Carvalho
Regina Marta de Aguiar

Editoração
Patricia Dantas

Capa
Renato Rodrigues Bueno

Livraria
SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo
70076-900 – Brasília – DF
Tel.: (61) 3315 5336
Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

ipea 46 anos

ISSN 1234-5679

Ipea – Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

SAE
SECRETARIA DE
ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA